

## Presidente da CNE não tem dúvidas: “Eleições democráticas exigem um ambiente propício para o respeito e gozo dos direitos e liberdades fundamentais”

- O Presidente da Comissão Nacional de Eleições (CNE) garantiu na semana passada que os órgãos eleitorais estão a trabalhar para assegurar a credenciação de todas as organizações interessadas em observar as eleições autárquicas de 2023 e gerais de 2024.



Créditos: VOA Portuguese

// A partir do momento da realização do recenseamento eleitoral, quem estiver interessado na observação eleitoral será credenciado. Estamos a estudar a possibilidade de programar as organizações nacionais interessadas na observação eleitoral. Quanto mais cedo manifestar o interesse em observar as eleições e apresentar os números de observadores melhor. Estamos também a estudar a possibilidade de encontrar uma instituição considerada credível para fa-

zer a credenciação”, explicou o Reverendo Carlos Matsinhe, Presidente da CNE.

As últimas eleições gerais de 2019 foram marcadas pela exclusão de milhares de observadores independentes das organizações da sociedade civil. Os órgãos eleitorais inviabilizaram a credenciação de observadores das organizações da sociedade civil, situação que tornou o processo eleitoral menos credível. A limitação do trabalho

dos observadores verificou-se mais em Gaza, o círculo eleitoral onde os órgãos eleitorais inflacionaram o número de eleitores para garantir a vitória da Frelimo e do seu candidato Filipe Nyusi.

O novo Presidente da CNE foi confrontado com esses factos durante a cimeira dos Defensores de Direitos Humanos organizada na última sexta-feira, 09 de Dezembro, pela Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH), em parceria com Southern Defenders. Embora não tenha tido uma participação directa na gestão do processo eleitoral de 2019, o reverendo Carlos Matsinhe disse que o que pode ter falhado é a planificação. “No último momento fica difícil processar todos os pedidos de milhares de pessoas que querem fazer a observação eleitoral. As eleições em Moçambique são observadas por entidades nacionais e estrangeiras e são milhares de pessoas. Para evitarmos os problemas do passado temos que planificar melhor”.

Ainda assim, o reverendo Carlos Matsinhe defendeu que Moçambique está avançado em relação à abertura para a observação eleitoral. “Estive em Angola a observar eleições e pude perceber que a comissão eleitoral limita o número de observadores. E não chegavam a três mil observadores. Além de limitar o número, a comissão eleitoral é que identifica e convida as organizações para observarem as eleições e designa onde cada uma deve fazer a observação. Nós achamos que é difícil observar eleições em Angola”.

Além das restrições impostas às organizações interessadas na observação eleitoral, as últimas eleições de 2019 foram marcadas por ameaças e violência contra defensores de direitos humanos. Para o actual Presidente da CNE, as ameaças aos defensores de direitos humanos e ao cidadão comum em períodos eleitorais resulta do défice de cidadania. Por isso defende que a solução passa por elevar o nível de cidadania a todos os níveis para evitar os riscos de ameaças violência.

“Os Estados têm a obrigação de respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos na esfera nacional. Para tal, os Estados devem tomar medidas proactivas para facilitar o gozo desses direitos, nomeadamente promover a inclusão e a participação efectiva de todas as pessoas, em especial as minorias, as mulheres, os jovens, as crianças, as pessoas com deficiência, pessoas que vivem em pobreza extrema, pessoas privadas de liberdade, pessoas deslocadas e outros indivíduos marginalizados”.

O reverendo lembrou que as eleições periódicas constituem uma das expressões da democracia onde os cidadãos participam da escolha dos seus governantes. Mas é fundamental que haja uma série de garantias de direitos para que haja liberdade e igualdade entre os cidadãos. “Eleições democráticas exigem um ambiente propício para o respeito



Créditos: Zambeze



Créditos: DW

e gozo dos direitos e liberdades fundamentais, sem discriminação, sem restrições arbitrárias ou excessivas. Em Moçambique estamos num bom caminho, mas precisamos de melhorar para que tenhamos uma sociedade verdadeiramente democrática e pacífica”.

Durante os períodos eleitorais em Moçambique é quase normal assistir a cenas de violência entre membros e simpatizantes dos partidos políticos concorrentes e também activistas de direitos humanos. Trata-se, na avaliação do Presidente da CNE, de uma situação chama a atenção do Estado como principal garante dos direitos e liberdades dos cidadãos, mas também chama a atenção das instituições privadas, organizações da sociedade civil e dos cidadãos em geral para a necessidade de elevar o sentido da cidadania e a protecção dos direitos humanos.

A participação igualitária é importante e os

Estados devem encontrar formas de suprimir o medo das vozes e opiniões diferentes. “Não pode haver medo porque é na diferença que podemos construir uma nação melhor. As instituições estatais devem dispor de recursos adequados para cumprir com as suas responsabilidades e garantir que o seu trabalho de proteger e promover os direitos humanos seja mais efectivo”.

Às entidades envolvidas em processos eleitorais, o reverendo apela para que abordem os interesses de todos os grupos. “O direito de participar em assuntos públicos, incluindo o direito de votar e de concorrer a eleições, é um direito humano reconhecido internacionalmente. Como tal, é importante considerar as eleições genuinamente democráticas no âmbito de um quadro internacional de direitos humanos e utilizar uma abordagem baseada em direitos humanos”.

# Violência em períodos eleitorais afecta negativamente a participação dos cidadãos

Falando das próximas eleições autárquicas de 2023 e gerais de 2024, o Presidente da CNE considerou que este era o melhor momento para reflectir sobre os acontecimentos do passado e impedir que os aspectos negativos que se repetam. “A violência no período eleitoral afecta negativamente a participação política dos cidadãos, pois intimida os eleitores e acabam por prescindir de ir às urnas exercer o seu direito de

voto. Mesmo aquelas que vão às urnas fazem-no com incerteza. É importante que tenhamos um ambiente de eleições que seja pacífico. A democracia constrói-se no meio de diversidade de opiniões, num quadro de segurança, estabilidade e paz. A intolerância leva à violência”.

O reverendo apela para que todos os actores relevantes promovam a formação em matéria de direitos humanos para todas as partes inte-

ressadas nos processos eleitorais, a começar, desde logo, pelos partidos políticos, que devem reconhecer a importância de respeitar os ditames dos direitos humanos na sua actuação. “Aos órgãos eleitorais, à Polícia da República de Moçambique (PRM) e a todos os cidadãos é preciso promover a cultura de coexistência pacífica nos processos políticos e eleitorais. Algumas pessoas confundem confusão com campanha”.



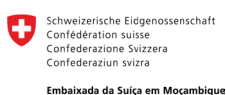
## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beúla  
**Autor:** Emídio Beúla  
**Equipa Técnica:** Emídio Beúla, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**Twitter:** CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

## PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

